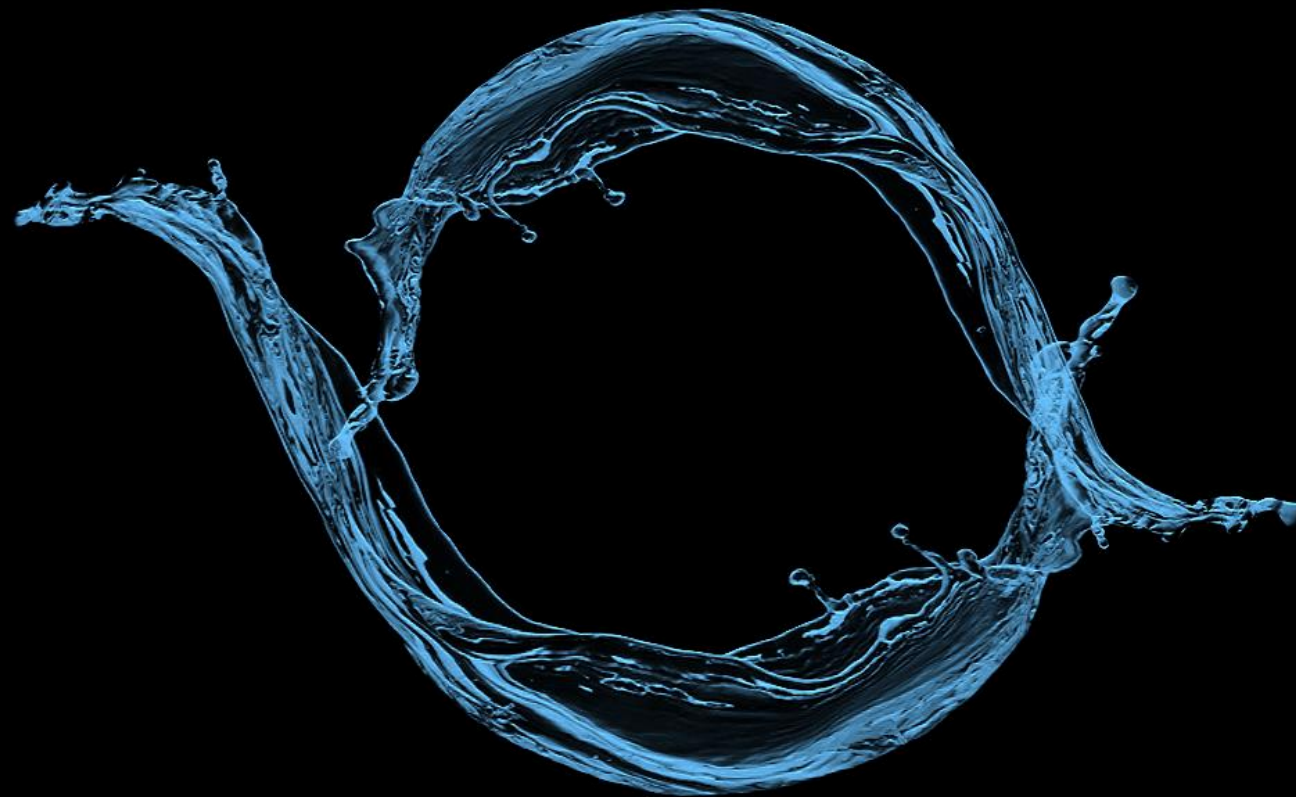


**Deloitte.**



**Exame Orçamental Budget Watch**

Índice Deloitte OE 2017

Fevereiro 2017

# Índice

Introdução	3
Nota metodológica	5
Deloitte Exame Orçamental – Budget Watch 2017	7
Dimensões de análise	13
Considerações finais	25
Anexo 1   Nota Técnica	27

# Introdução

# Deloitte Budget Watch

## Introdução

O Índice Deloitte Pro-Business visa avaliar a responsabilidade orçamental de estímulo ao crescimento económico, baseando-se num conjunto claro e transparente de informação e avaliação dos princípios orçamentais promotores do crescimento, produtividade, emprego, inovação e competitividade.

A responsabilidade orçamental foi avaliada do ponto de vista do rigor e qualidade da informação prestada sobre as políticas e programas de suporte ao crescimento económico. Seletivamente é apreciada a qualidade dessas políticas e programas, numa perspetiva de apoio ao desenvolvimento e competitividade empresarial, à luz das melhores práticas internacionais de escrutínio da comunidade empresarial sobre a política orçamental proposta.

Foram ainda identificadas também as políticas económicas e sectoriais, reformas institucionais, investimentos públicos e alterações do perfil de despesa e da receita que, na avaliação do Conselho Consultivo Empresarial, possam ajudar à criação e consolidação de estratégias empresariais e económicas que assegurem dinamismo e sustentabilidade económica.



# Nota metodológica

# Deloitte Budget Watch

## Nota metodológica

As 10 dimensões, objeto de apreciação por parte do Conselho Consultivo Empresarial, foram as seguintes:

Classificação	Dimensões
A	Estabilidade das políticas macroeconómicas
B	Estabilidade, simplicidade e carga fiscal
C	Limites ao peso absoluto e relativo do Estado
D	Fomento à criação e manutenção de emprego duradouro
E	Alinhamento das prioridades, perfil dos investimentos e despesa para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação das cadeias de valor empresariais e do emprego
F	Compromisso com reformas institucionais orientadas para o estímulo do crescimento económico, produtividade e competitividade – reestruturações, diversificação, dinamismo tecnológico e custos de contexto
G	Políticas e programas para uma adequada poupança nacional, formação e retenção de capital
H	Complementaridade, equilíbrio e colaboração estratégica
I	Políticas e programas para crescimento da flexibilidade produtiva dos diferentes recursos (capital, trabalho e know-how) necessários ao crescimento económico
J	Promoção ativa dos regimes concorrenciais e correspondente regulação em diversos sectores

O índice foi calculado com base em informação recolhida junto do Conselho Consultivo Empresarial que se decompõe no Conselho Consultivo Nacional (Empresários responsáveis por empresas de capital maioritariamente nacional) e Estrangeiro (Gestores de empresas de capital maioritariamente estrangeiro a operar em Portugal).

Através do inquérito respondido pelos mesmos, cada uma das 10 dimensões foi avaliada de acordo com uma escala de 0 a 100, onde o valor 0 significa: “medida não satisfatória” e 100, uma “Medida muito positiva para o ambiente empresarial”.

# Deloitte Budget Watch

## Exame Orçamental 2017

# Deloitte Budget Watch – Exame Orçamental 2017

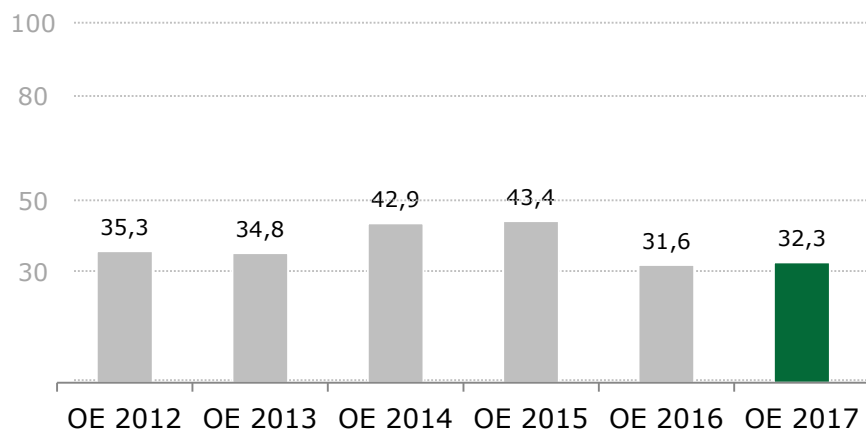
## Evolução Exame Orçamental

A avaliação do OE de 2017 comparativamente à do ano anterior registou uma estagnação. Nos últimos seis anos, a apreciação dos empresários, neste inquérito qualitativo, às medidas propostas pelo Governo português registou uma melhoria significativa apenas entre 2013 e 2014, tendo atingido a nota máxima em 2015. No entanto em 2016 e 2017 a avaliação do OE apresentou o valor mais baixo desde o início desta avaliação, tendo, no entanto, melhorado ligeiramente em 2017. Até ao momento, a pontuação final do Índice Deloitte Pro-Business nunca ultrapassou os 50 pontos (numa escala de 100) desde de que o inquérito foi realizado.

Ao analisar os resultados observados, de votações de empresários responsáveis por empresas de capital maioritariamente português e os de capital maioritariamente estrangeiro, conclui-se que ambos voltaram a atribuir pontuações médias muito similares, sendo a melhor avaliação a atribuída pelo Conselho Consultivo de empresas nacionais.

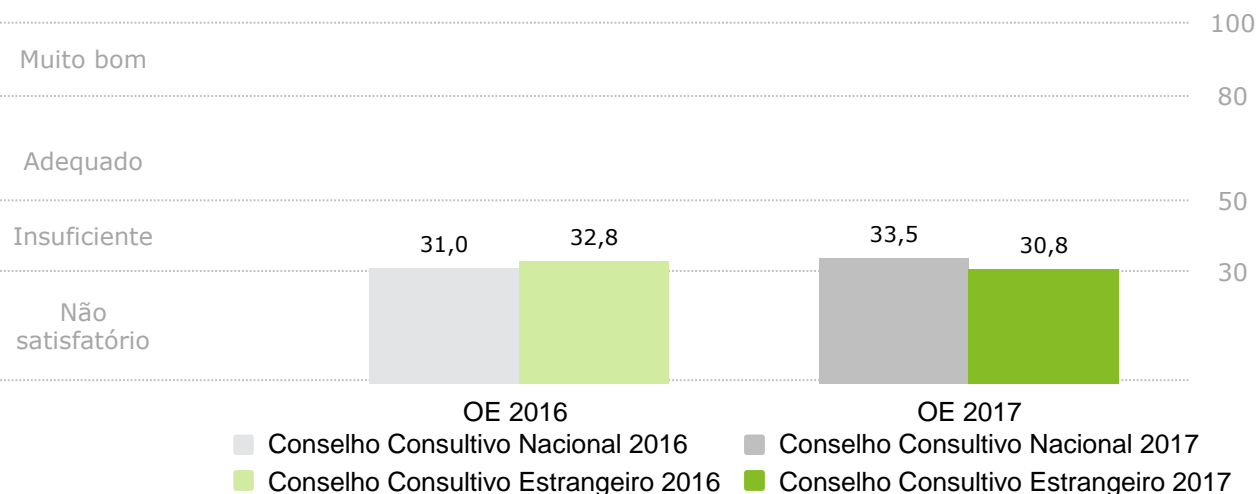
### Evolução 6 anos Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



### Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



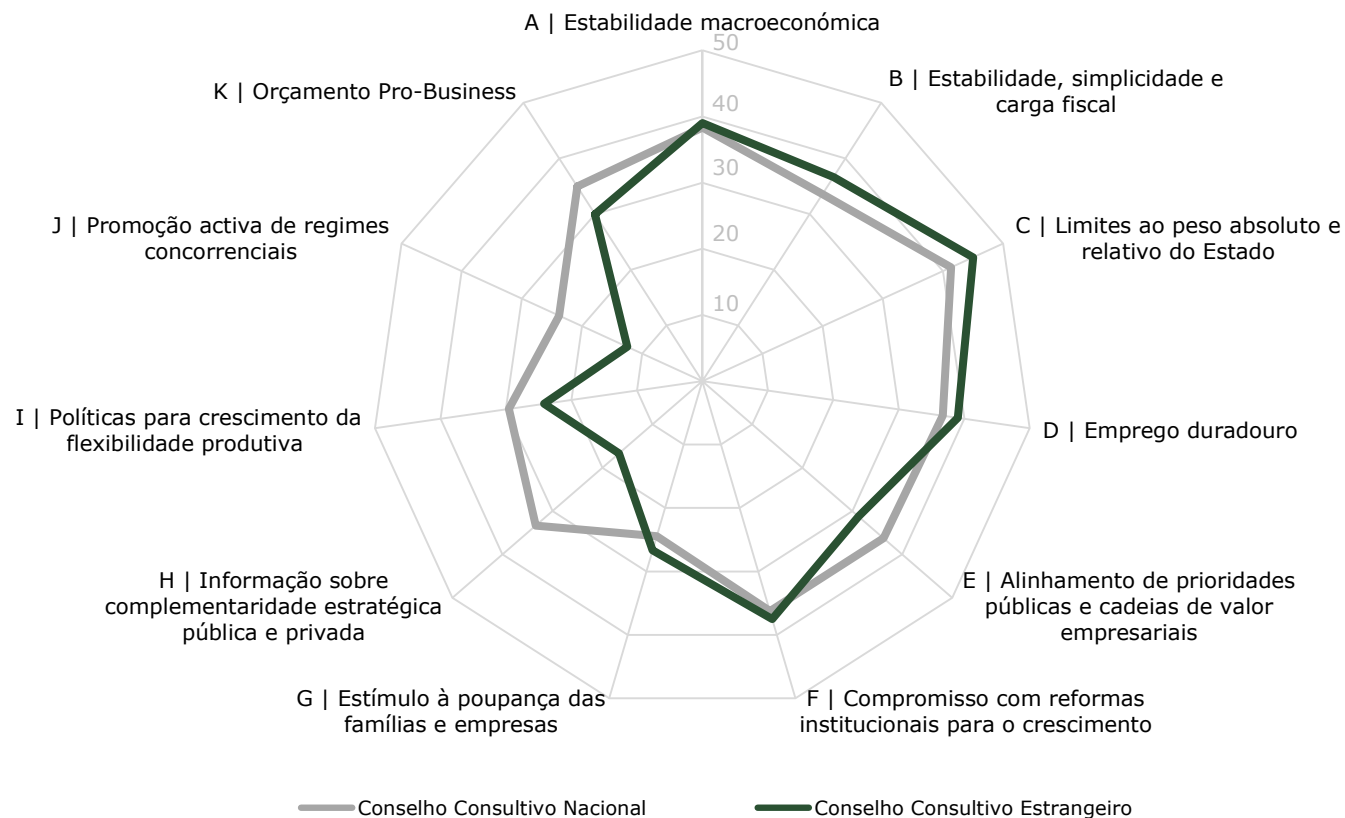


# Deloitte Budget Watch – Exame Orçamental 2017

## Avaliação por Conselho Consultivo em 2017

### Índice Deloitte Pro Business por Dimensão – Comparação Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiros

Pontuação média



### Escala

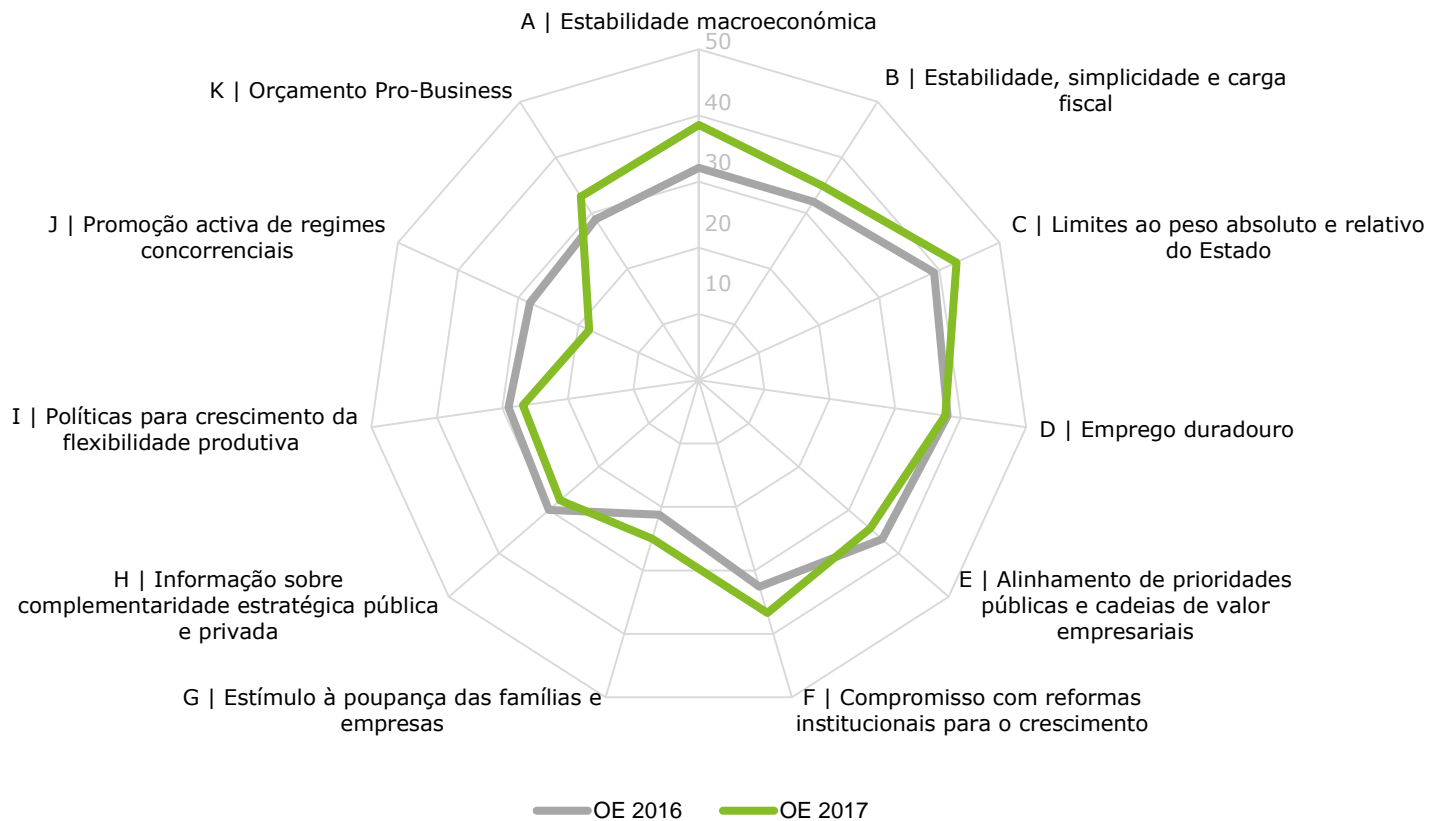
Não satisfatório		Insuficiente		Adequada			Muito bom			
0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

# Deloitte Budget Watch – Exame Orçamental 2017

## Avaliação global

### Índice Deloitte Pro Business por Dimensão – Comparação 2016-2017

Pontuação média



### Escala

Não satisfatório		Insuficiente		Adequada			Muito bom			
0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

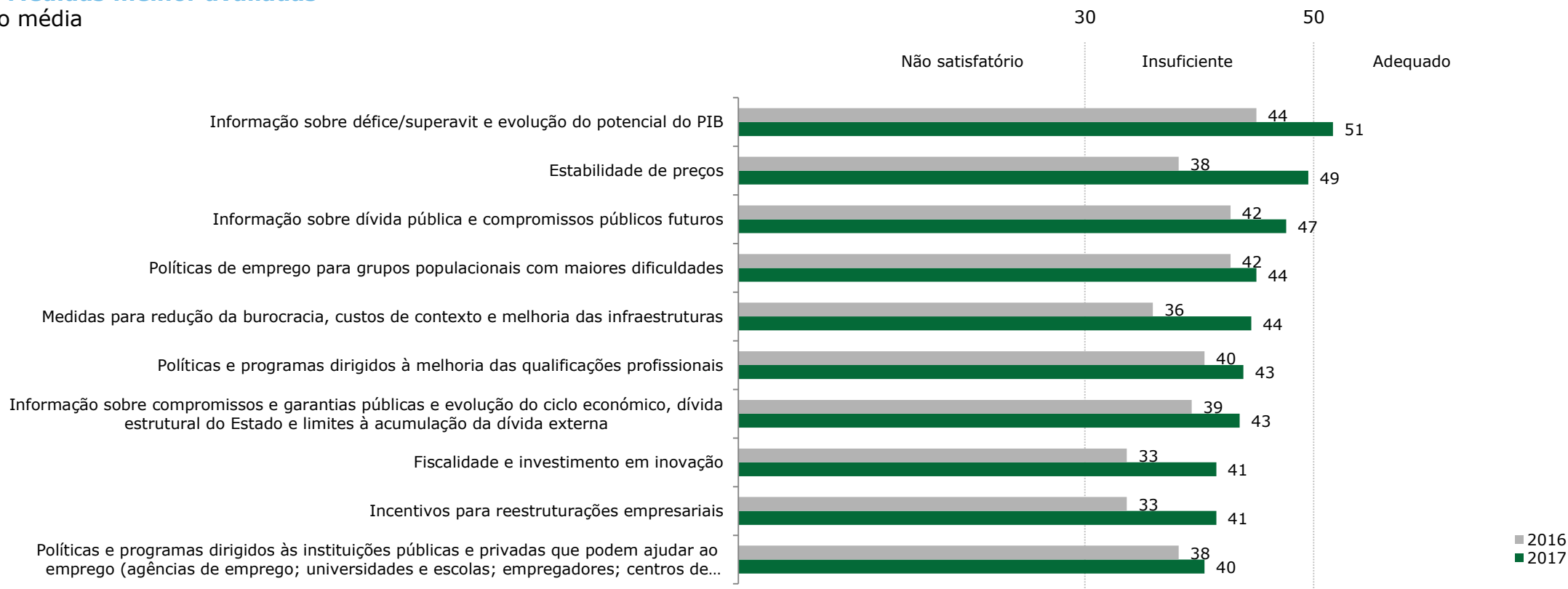
# Deloitte Budget Watch – Exame Orçamental 2017

## Avaliação individual (1/2)

Para cada uma das dez dimensões de análise foram realizadas várias questões detalhadas. As medidas mais bem avaliadas foram as referentes às políticas para a melhoria da informação sobre défice/superavit e evolução do potencial do PIB, estabilidade de preços e informação sobre dívida pública e compromissos públicos futuros.

### Top 10 | Medidas melhor avaliadas

Pontuação média



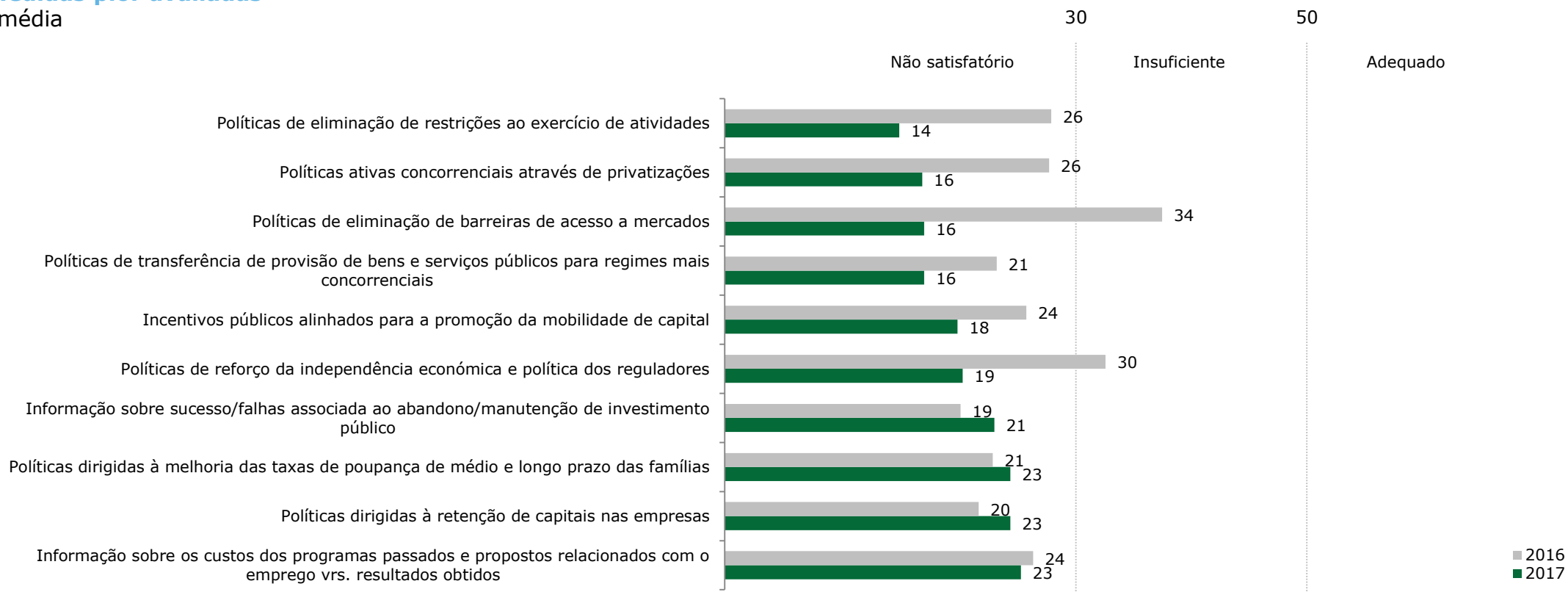
# Deloitte Budget Watch – Exame Orçamental 2017

## Avaliação individual (2/2)

As medidas pior avaliadas pelo sector empresarial são as referentes às políticas de eliminação de restrições ao exercício de atividades, às políticas ativas concorrenciais através de privatizações, às políticas de eliminação de barreiras de acesso a mercados e às políticas de transferência de provisão de bens e serviços públicos para regimes mais concorrenciais. Verifica-se um padrão por “não satisfatório” que denuncia uma visão negativa significativa nestas matérias.

### Top 10 | Medidas pior avaliadas

Pontuação média



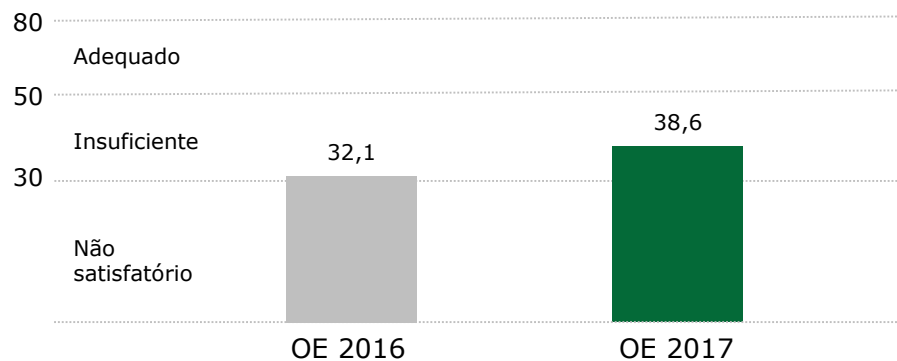
# Dimensões em Análise

# Dimensões em Análise (1/10)

## A. Estabilidade macroeconómica

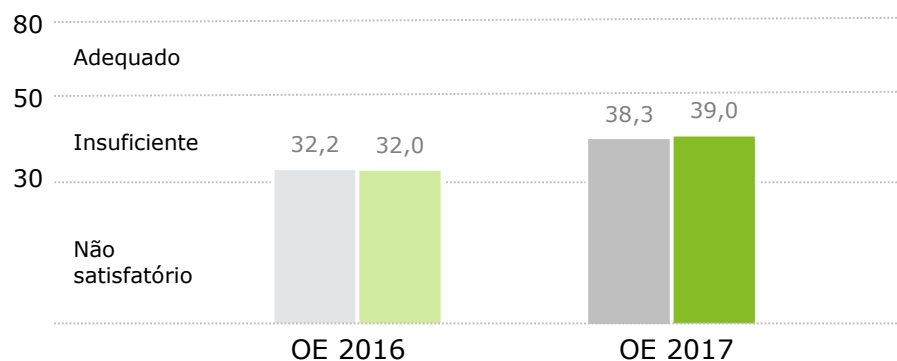
### Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



### Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



■ Conselho Consultivo Nacional 2016   ■ Conselho Consultivo Nacional 2017  
■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2016   ■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2017

O conceito de estabilidade macroeconómica está intimamente associado a um conjunto de equilíbrios externos e internos da economia de um país. A estabilidade dos preços (inflação), crescimento real estável do PIB e nível do emprego foram os aspetos historicamente dominantes na definição de estabilidade macroeconómica. Ao longo do tempo, surgem também como elementos decisivos, para a avaliar, o equilíbrio das finanças públicas, assim como as flutuações da balança de pagamentos, volatilidade das taxas de juro e das políticas cambiais.

Todavia, os elementos essenciais mantêm-se: crescimento e sustentabilidade económica. As políticas macroeconómicas prosseguidas devem procurar promover taxas de crescimento contínuo do investimento, produção e do emprego, assegurar que a inflação não atinja níveis elevados, e que o crescimento é sustentável em termos de endividamento público e privado.



**Maior variação positiva em 2017**

### Índice Deloitte Pro-Business

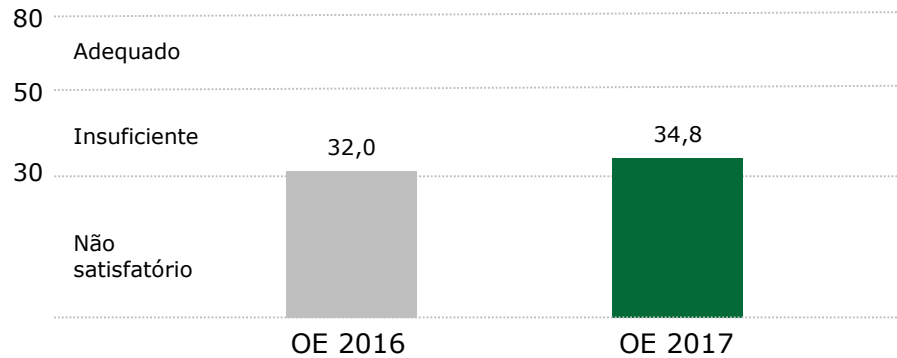
↑ **20%**  
6,5 p.p.

# Dimensões em Análise (2/10)

## B. Estabilidade, simplicidade e carga fiscal

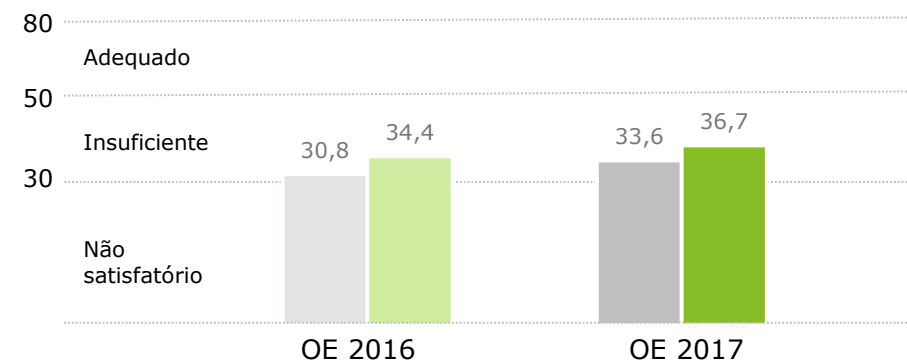
### Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



### Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



■ Conselho Consultivo Nacional 2016   ■ Conselho Consultivo Nacional 2017  
■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2016   ■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2017

Um Orçamento “pro business” passa necessariamente por um conjunto de medidas fiscais e parafiscais que, tendo presente a restrição orçamental (agravada pela rigidez da despesa pública corrente), se traduz no reforço da competitividade e eficiência do tecido empresarial, fomentando o empreendedorismo e a capacidade de investimento. Defendemos que o Orçamento não é o lugar para efetuar as grandes reformas fiscais, devendo, ao invés, conter um número limitado, mas relevante, de alterações em sede fiscal que permitam responder de forma eficaz às prioridades económicas do País, num contexto de objetivos de política macroeconómica claros e consensuais. De facto, sem ignorar a relevância da carga fiscal sobre a competitividade das empresas, em particular quando atuam no mercado de bens transacionáveis, existe um conjunto de outros fatores que se revelam da maior relevância em termos de apoio para as empresas e, conseqüentemente, para a economia, de que destacamos: a estabilidade do sistema fiscal; a qualidade, pragmatismo e simplicidade da legislação fiscal; a certeza e segurança dos sistema fiscal, incluindo os tribunais, com adequada salvaguarda das garantias dos contribuintes; a minimização dos custos de cumprimento; a competitividade em termos comparados com outros sistemas fiscais.

Naturalmente, não é despendendo assegurar uma carga fiscal sem agravamento, que seja competitiva com a praticada nos países que conosco concorrem em termos de atração de investimento direto estrangeiro.

### Índice Deloitte Pro-Business

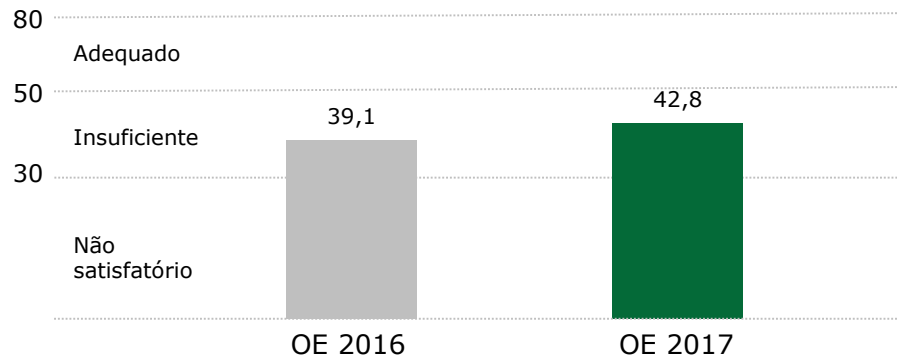
↑ 9%  
2,8 p.p.

# Dimensões em Análise (3/10)

## C. Limites ao peso absoluto e relativo do Estado

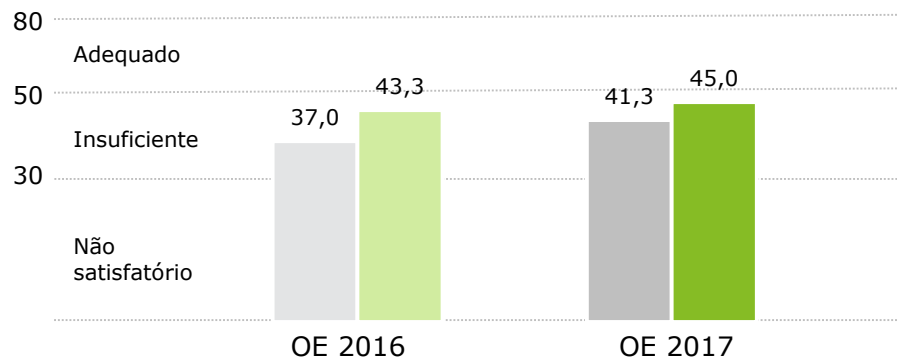
### Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



### Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



■ Conselho Consultivo Nacional 2016   ■ Conselho Consultivo Nacional 2017  
■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2016   ■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2017

O valor atual das receitas líquidas fiscais das gerações atuais e futuras devem ser suficientes para cobrir o valor atual das despesas de consumo e investimento público, assim como a dívida atual do Estado (líquida de ativos). Neste contexto, a introdução de limites ao consumo e investimento público repercute-se numa diminuição do peso absoluto e relativo do Estado na economia e, conseqüentemente, numa diminuição do valor atual das receitas líquidas fiscais das gerações atuais e futuras. As restrições dos governos para o consumo e investimento público dependem da capacidade de lançar impostos, de colocação de dívida pública (captura de poupança privada interna e externa) e da criação de moeda (não aplicável a Portugal). O efeito dos défices públicos na economia é um dos assuntos mais controversos. Contudo, quer os modelos teóricos, quer os dados empíricos comprovam que um défice orçamental tende a manter/aumentar o consumo (menos impostos), mas a reduzir o investimento (menos poupança disponível) no curto prazo. O seu efeito final na economia depende, entre outros fatores, da combinação entre corte de impostos e/ ou aumento de despesa. A médio e longo prazo, uma dívida pública elevada tende a reduzir o stock de capital da economia e a fazer crescer as taxas de juros reais da economia.



Dimensão melhor avaliada em 2016



Dimensão melhor avaliada em 2017

### Índice Deloitte Pro-Business

↑ 9%  
3,7 p.p.

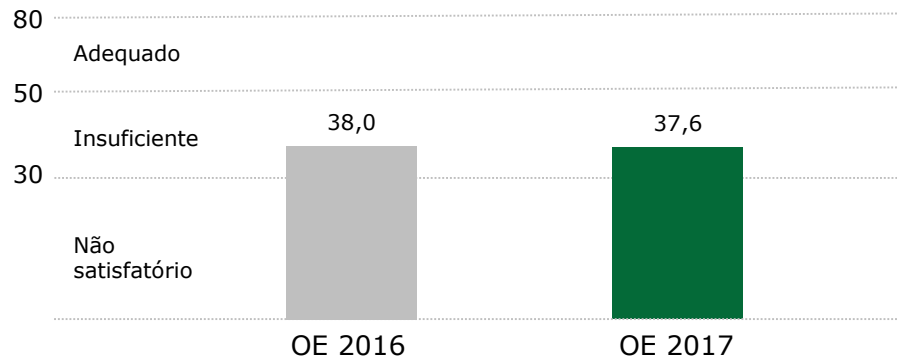


# Dimensões em Análise (4/10)

## D. Emprego duradouro

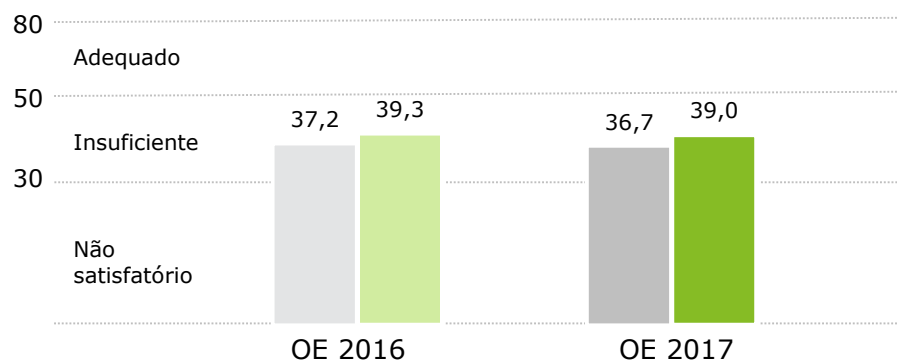
### Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



### Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



■ Conselho Consultivo Nacional 2016   ■ Conselho Consultivo Nacional 2017  
■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2016   ■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2017

Um dos objetivos das opções orçamentais é a adoção de políticas para geração de uma situação de pleno emprego. Para que este equilíbrio seja atingido são condições essenciais, para além de diversas políticas macroeconómicas e microeconómicas, (i) melhoria constante de qualificações profissionais, (ii) flexibilidade e mobilidade das pessoas e (iii) ajustamentos salariais positivos e negativos, indexados à produtividade e competitividade dos respetivos sectores.

São necessárias políticas e programas destinados a melhorar as referidas condições, para permitir emprego duradouro, crescimento e melhoria sustentável das bases salariais. Acresce a necessidade de maior dedicação de recursos públicos dirigidos à identificação das necessidades dos empregadores.

O alinhamento de prioridades, perfis de investimento e despesa pública para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação de cadeias de valor empresarial e de emprego requerem medidas e programas específicos para (i) aperfeiçoamento das tomadas de decisão de investimentos privados (redução de externalidades de informação), (ii) maior inserção em atividades das cadeias de valor globais e (iii) condições para uma correta coordenação entre investimentos dos sectores público e privado.



**Pontuações médias similares entre os Conselhos Consultivos de 2016 e 2017**

### Índice Deloitte Pro-Business



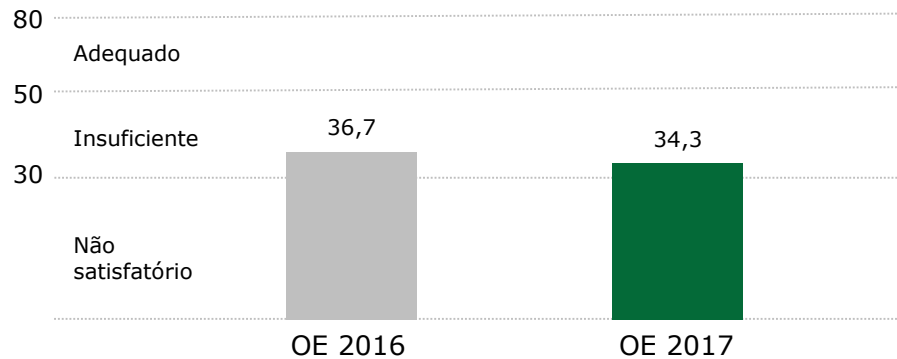
**1%**  
-0,4 p.p.

# Dimensões em Análise (5/10)

## E. Alinhamento de prioridades públicas e cadeias de valor empresariais

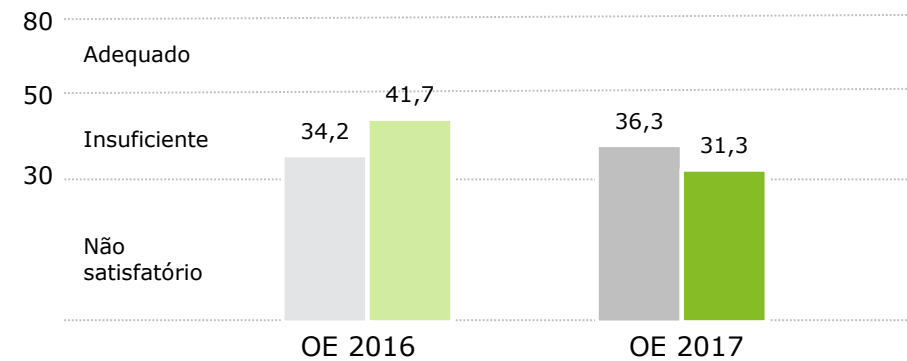
### Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



### Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



■ Conselho Consultivo Nacional 2016    ■ Conselho Consultivo Nacional 2017  
■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2016    ■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2017

O alinhamento de prioridades, perfis de investimento e despesa pública para a criação de dinamismo, diversificação e consolidação de cadeias de valor empresarial e de emprego requerem medidas e programas específicos para (i) aperfeiçoamento das tomadas de decisão de investimentos privados (redução de externalidades de informação), (ii) maior inserção em atividades das cadeias de valor globais e (iii) condições para uma correta coordenação entre investimentos dos sectores público e privado.

### Índice Deloitte Pro-Business

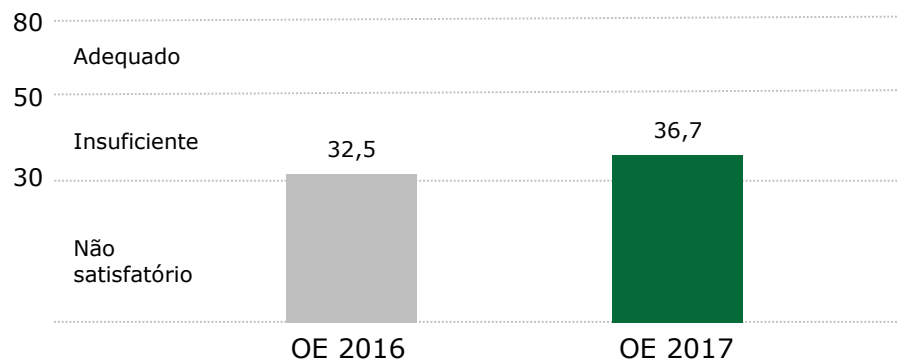
↓ **7%**  
-2,4 p.p.

# Dimensões em Análise (6/10)

## F. Compromisso com reformas institucionais para o crescimento

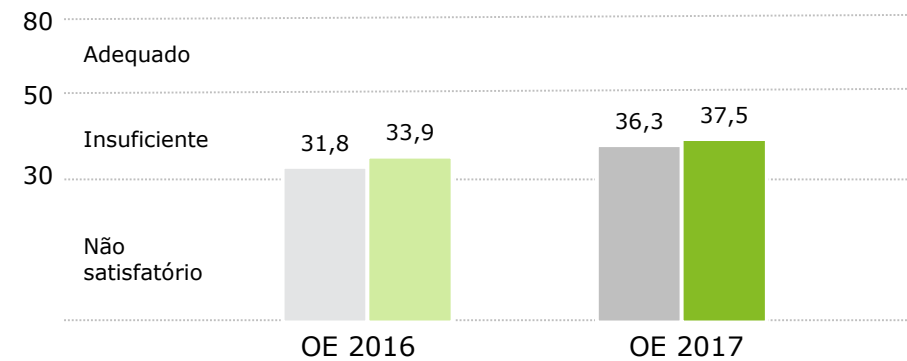
### Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



### Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



■ Conselho Consultivo Nacional 2016   ■ Conselho Consultivo Nacional 2017  
■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2016   ■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2017

A competitividade de um país depende constantemente das reformas institucionais que se vão realizando para estímulo do crescimento económico e da produtividade. Importa assim analisar as opções seguidas quanto a diversos fatores de competitividade (tais como sucesso escolar, investimento em tecnologias, preços energéticos, despesas com I&D, legislação laboral, flexibilidade laboral e mercado exportador), assim como modelos de incentivos para reestruturações empresariais, dinamismo tecnológico e redução geral e específica de custos de contexto. Interessam também todas as medidas que eliminem/ diminuam as burocracias que afetam a produtividade das empresas.

### Índice Deloitte Pro-Business

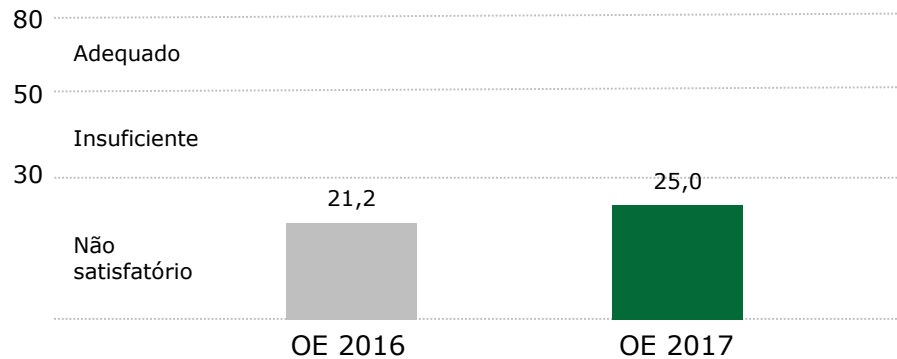
↑ **13%**  
4,2 p.p.

# Dimensões em Análise (7/10)

## G. Estímulo à poupança de famílias e empresas

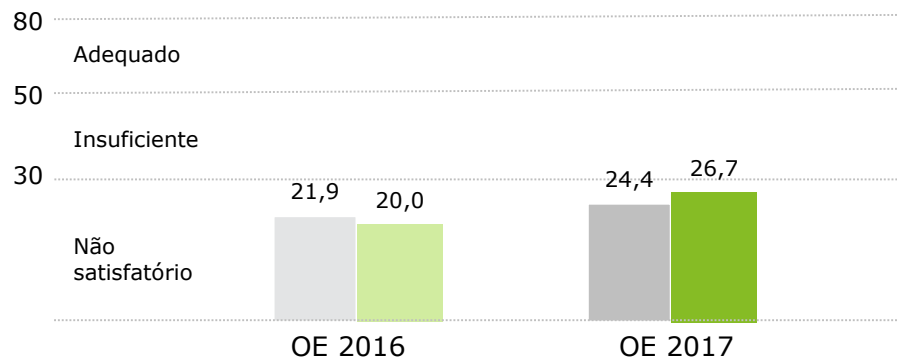
### Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



### Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



■ Conselho Consultivo Nacional 2016   ■ Conselho Consultivo Nacional 2017  
■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2016   ■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2017

As políticas macroeconómicas preventivas pretendem também acautelar a excessiva acumulação de dívida pública e privada (empresas e particulares). Nesta medida, o estímulo à criação, manutenção e retenção de poupança das famílias e empresas (lucros) é determinante para a sustentabilidade da nossa economia e a independência relativa ao endividamento externo. Apenas com índices mais elevados de poupança das famílias, empresas e Estado é possível termos maior capacidade de financiar potenciais políticas macroeconómicas contra cíclicas e a sustentabilidade global da nossa economia.



**Segunda maior  
variação positiva  
em 2017**



**Índice Deloitte Pro-Business**

**18%**  
3,8 p.p.



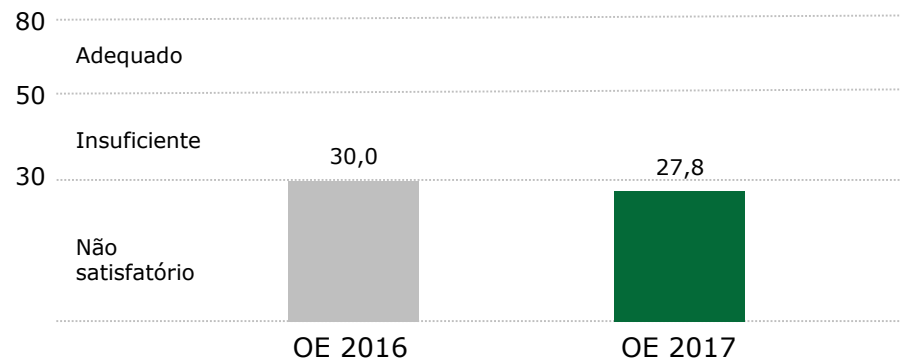
**Dimensão pior  
avaliada em 2016**

# Dimensões em Análise (8/10)

## H. Informação sobre complementaridade estratégica pública e privada

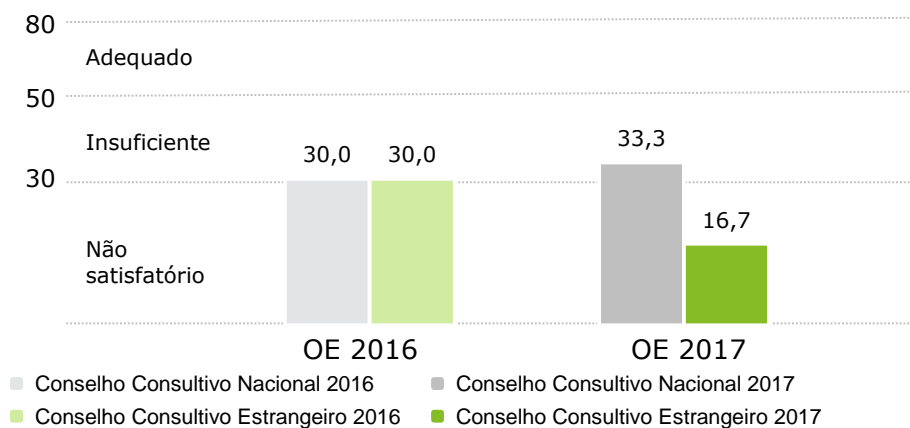
### Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



### Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



O desenvolvimento económico de um país exige complementaridade, equilíbrio e modelos de colaboração estratégica entre políticas públicas e os agentes de mercado. Todavia, devem ser explicitados os potenciais efeitos negativos destas políticas, em face de uma potencial captura de recursos públicos por alguns agentes privados, em detrimento do retorno social esperado dos investimentos públicos/privados.



**Maior diferença entre a avaliação dos Conselhos Consultivos**



**Índice Deloitte Pro-Business**

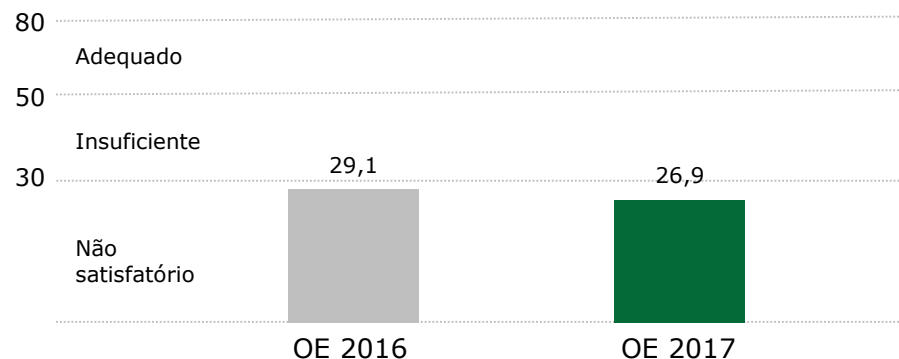
**7%**  
-2,2 p.p.

# Dimensões em Análise (9/10)

## I. Políticas para crescimento da flexibilidade produtiva

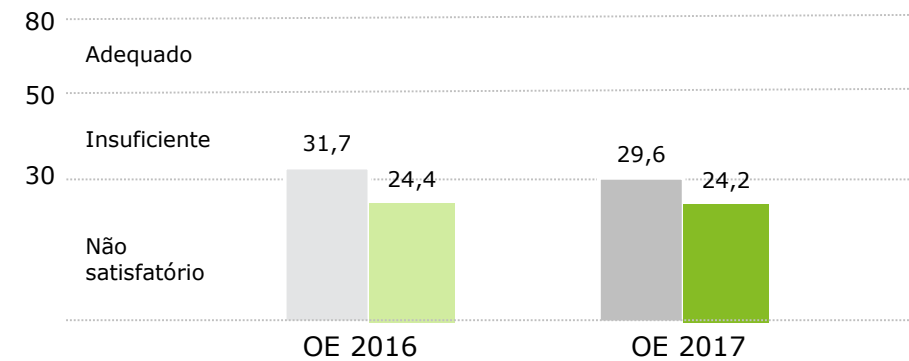
### Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



### Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



■ Conselho Consultivo Nacional 2016   ■ Conselho Consultivo Nacional 2017  
■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2016   ■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2017

O crescimento económico depende, para além de outros fatores institucionais e culturais, em larga medida do nível de capital disponível, trabalho e tecnologia / know-how de uma economia. Neste contexto, importa que sejam implementadas medidas que (i) visem promover a mobilidade de capital entre diversos sectores e empresas, assim como (ii) mobilidade e flexibilidade a nível de recursos humanos entre sectores e empresas para acomodar movimentos conjunturais e estruturais e (iii) medidas com vista ao desenvolvimento tecnológico e criação de know-how.

### Índice Deloitte Pro-Business

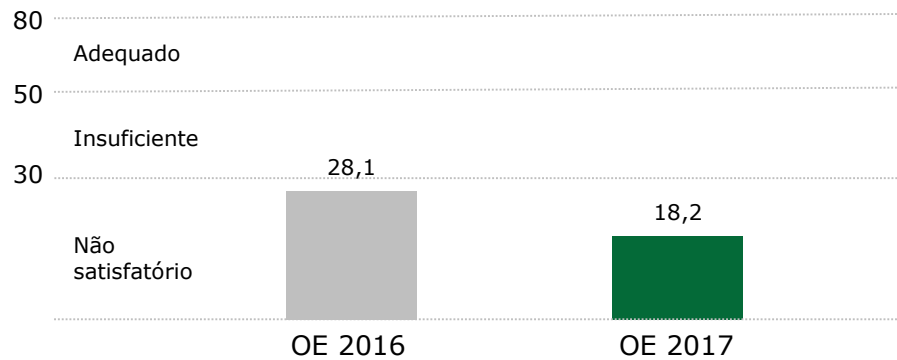
↓ **8%**  
-2,2 p.p.

# Dimensões em Análise (10/10)

## J. Promoção ativa de regimes concorrenciais

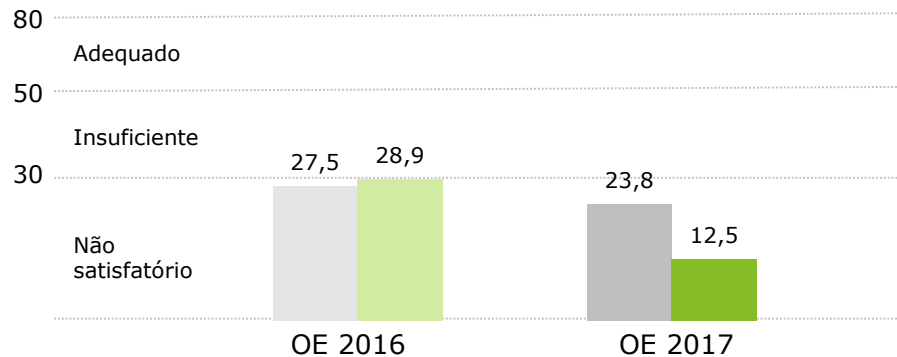
### Índice Deloitte Pro-Business

Pontuação média anual



### Evolução da avaliação dos Conselhos Consultivos Nacional e Estrangeiro

Pontuação média anual



■ Conselho Consultivo Nacional 2016   ■ Conselho Consultivo Nacional 2017  
■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2016   ■ Conselho Consultivo Estrangeiro 2017

A eficiente distribuição de recursos numa economia para geração de equilíbrios eficientes faz-se através da aproximação a regimes concorrenciais intensos, a par de restrições que previnam ou reduzam as externalidades negativas dos investimentos privados e alarguem as externalidades positivas. Neste contexto, pretende-se avaliar as políticas de acesso a mercados, privatizações, reforço de independência económica e política dos reguladores, e eliminação de restrições ao exercício de atividades.

Paralelamente, deve também ser avaliado o equilíbrio de políticas de regulação de interesses públicos de diversa natureza (consumidores, ambientalistas, v.g.) e prossecução de iniciativas privadas, assim como as políticas propostas de transferência de provisão de bens e serviços públicos para a iniciativa privada em regimes mais concorrenciais.

⊕ **Maior variação negativa em 2017**

⊖ **Dimensão pior avaliada em 2017**

### Índice Deloitte Pro-Business

↑ **35%**  
-9,9 p.p.

# Dimensões em Análise

## Quadro síntese

### Dimensões com variação anual positiva

Pontuação média anual

Dimensão	2016	2017	Var.
A. Estabilidade macroeconómica	32,1	38,6	<b>20%</b>
G. Estímulo à poupança das famílias e empresas	21,2	25,0	<b>18%</b>
F. Compromisso com reformas institucionais para o crescimento	32,5	36,7	<b>13%</b>
C. Limites ao peso absoluto e relativo do Estado	39,1	42,8	<b>9%</b>
B. Estabilidade, simplicidade e carga fiscal	32,0	34,8	<b>9%</b>

### Dimensões com variação anual negativa

Pontuação média anual

Dimensão	2016	2017	Var.
J. Promoção activa de regimes concorrenciais	28,1	18,2	<b>-35%</b>
I. Políticas e programas para crescimento flexibilidade produtiva	29,1	26,9	<b>-8%</b>
H. Complementaridade estratégica público e privado	30,0	27,8	<b>-7%</b>
E. Alinhamento de prioridades entre público e privado	36,7	34,3	<b>-7%</b>
D. Emprego duradouro	38,0	37,6	<b>-1%</b>



# Considerações Finais

# Considerações finais

## Na perspetiva empresarial...

**1**

As políticas para promover ativamente os regimes concorrenciais e a regulação dos sectores devem ser substancialmente melhoradas (pontuação média de 18 pontos em 100), bem como as medidas relacionadas com a poupança nacional, formação e retenção de capital (pontuação média de 25 pontos em 100).

**2**

As medidas relacionadas com os limites ao peso absoluto e relativo do Estado foram as mais bem avaliadas (pontuação média de 43 pontos em 100), apresentando um aumento significativo relativamente ao ano de 2016 (9%).

**3**

As medidas conducentes à estabilidade macroeconómica registam, em 2017, uma variação positiva significativa em relação ao ano anterior (20%), depois de, em 2016, a mesmas terem registado uma variação negativa bastante acentuada (37%).

**4**

As medidas relacionadas com a estabilidade, simplicidade e carga fiscal registaram um aumento de 9%, tendo sido mais bem avaliadas pelo Conselho Consultivo Estrangeiro (36,7 pontos) do que pelo Nacional (34,4 pontos).

**5**

Contrariamente ao ano de 2016, e comparativamente com o Conselho Consultivo Nacional, o Conselho Consultivo Estrangeiro avaliou pior o OE 2017, muito por influência da variação negativa registada nas medidas de promoção ativa de regimes concorrenciais (35%).

# Anexo 1

## Nota Técnica

# Anexo 1

## Nota Técnica

O projeto Budget Watch resulta de uma parceria, desde há 8 anos, entre a Deloitte, o ISEG e o Institute of Public Policy (IPP).

O Índice Deloitte Pro-Business tem como principais objetivos avaliar:

- a responsabilidade orçamental de estímulo ao crescimento económico; e
- os princípios orçamentais promotores de crescimento, produtividade, emprego, inovação e competitividade.

Os questionários foram enviados ao Conselho Consultivo Empresarial em 31 de Outubro, acompanhados de um conjunto de notas indexadas ao Relatório do OE, Proposta de Lei e Mapas Anexos, tendo-se obtido 10 respostas válidas (9 respostas em 2016, 12 respostas em 2015, 13 respostas em 2014, 16 respostas em 2013, 9 respostas em 2012, 9 respostas em 2011 e 13 respostas em 2010), que foram objeto de tratamento.

Os membros do Conselho Consultivo que se identificaram e participaram no inquérito foram:

**Empresários responsáveis por empresas de capital maioritariamente nacional:** Bernardo de Brito e Faro, Francisco Pinto Balsemão, Paulo Azevedo, Paulo Pereira da Silva, Manuel Tarré e Ricardo Redondo;

**Empresas de capital maioritariamente estrangeiro a operar em Portugal:** António Raposo Lima, António Vieira Monteiro, Fernando Teixeira dos Santos e Miguel Sanches.

Em caso de dúvida, prestação de alguma informação ou algum esclarecimento adicional, por favor contactar:



**Jorge Sousa Marrão**  
Partner  
Tel.: +(351) 210 422 503  
jmarrao@deloitte.pt



**Carlos Loureiro**  
Partner  
Tel.: +(351) 210 427 515  
caloureiro@deloitte.pt



“Deloitte” refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about)

A Deloitte presta serviços de auditoria, consultoria fiscal, consultoria de negócios e de gestão, financial advisory, gestão de risco e serviços relacionados a clientes nos mais diversos setores de atividade. Com uma rede globalmente ligada de firmas membro em mais de 150 países e territórios, a Deloitte combina competências de elevado nível com oferta de serviços qualificados conferindo aos clientes o conhecimento que lhes permite abordar os desafios mais complexos dos seus negócios. Os mais de 225.000 profissionais da Deloitte assumem o compromisso de criar um impacto relevante na sociedade.

Esta comunicação apenas contém informação de carácter geral, pelo que não constitui aconselhamento ou prestação de serviços profissionais pela Deloitte Touche Tohmatsu Limited, pelas suas firmas membro ou pelas suas entidades relacionadas (a “Rede Deloitte”). Antes de qualquer ato ou decisão que o possa afetar, deve aconselhar-se com um profissional qualificado. Nenhuma entidade da Rede Deloitte é responsável por quaisquer danos ou perdas sofridos pelos resultados que advenham da tomada de decisões baseada nesta comunicação.